

Capacitação e emancipação: uma relação possível* (Training and emancipation: a possible link)

Danuta E. Cantoia Luiz*

Resumo – Com base nos fundamentos teóricos gramscianos, o presente artigo discute possíveis dimensões emancipatórias das capacitações para conselheiros/gestores de políticas públicas, indicando alguns elementos constitutivos para o processo de capacitação. Argumentamos sobre a necessidade de capacitação e fortalecimento desses sujeitos sociais (através da elevação do senso comum à autoconstituição de uma consciência crítica e consequente fomento para o protagonismo social e político) como estratégia para contribuir na materialização dos novos padrões de gestão social no Brasil.

Palavras-chave – Emancipação. Capacitação. Contra-hegemonia.

Abstract – This article brings about some discussions regarding emancipatory processes grounded by Gramsci's theory and its relevance for training people to be councilors in social politics. In this sense, it discusses some emancipatory dimensions that can be finding in the training process of councilors. In addition, the article shows the importance of the training courses as a way to improve the empowerment of councilors. The idea is to produce emancipatory practices from common sense to critical perception as a strategy to achieve new patterns of social and political counseling in Brazil.

Key-words – Emancipation. Training. Counter-hegemony.

Criar uma nova cultura não significa apenas fazer individualmente descobertas “originais”; significa também, e sobretudo, *difundir criticamente verdades já descobertas, “socializá-las” por assim dizer; transformá-las, portanto, em base de ações vitais, em elemento de coordenação e de ordem intelectual e moral.* O fato de uma multidão de homens ser conduzida a pensar coerentemente e de maneira unitária a realidade presente é um fato “filosófico” bem mais importante e “original” do que a descoberta, por parte de um “gênio filosófico”, de uma nova verdade que permaneça como patrimônio de pequenos grupos intelectuais (GRAMSCI, 1991, p. 13-14; grifo nosso).

Introdução

O presente artigo tem como objetivo discutir alguns elementos constitutivos das práticas de capacitação de caráter emancipatório para conselheiros/gestores de políticas públicas, como uma das estratégias para fazer avançar as perspectivas democráticas e

* Artigo recebido em 12.12.2008. Aprovado em 17.06.2009.

* Professora do Curso de Serviço Social e do Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa/PR - Brasil. Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Email: danutaluiz88@gmail.com.

emancipatórias de gestão social no Brasil. Tal discussão é traçada a partir da síntese dos dados pesquisados junto aos coordenadores dos Programas de Capacitação para Conselheiros Municipais de Assistência Social no Estado do Paraná.¹

Inicialmente tomamos como pressuposto que a instituição dos conselhos gestores de políticas públicas representa um avanço em relação aos antigos padrões de gestão social, pois, diferentemente destes, preconizam a paridade, o controle social, a publicização, a deliberação de questões de interesse coletivo sob a perspectiva da democracia participativa.

Por outro lado, consideramos que o exercício democrático de gestão de questões públicas é muito recente na cultura política brasileira e, portanto, existem desafios a serem vencidos pelos protagonistas que compõem este cenário no Brasil.

Neste sentido, lembramos o alerta que Yamamoto (2002) faz sobre os espaços dos conselhos:

É preciso ter clareza que a qualidade da participação nesses espaços públicos não está definida *a priori*, porque são espaços de disputa. Podem abrigar experiências democráticas, que propiciem o aprendizado de um tipo de socialização diferente, que permita viver a dimensão do coletivo, propiciem o compartilhamento do poder e a intervenção em processos decisórios. Mas pode, também, alimentar velhos coronelismos, vícios populistas e clientelistas no trato da coisa pública (p. 32).

Bem sabemos do risco que estes espaços sofrem quando são ocupados por práticas de gestão que seguem velhos esquemas de mando e de centralização do poder; etapas já vencidas em nosso país, em termos legais e constitucionais. São conhecidas² as análises e discussões acerca das lacunas que ainda precisamos vencer em termos práticos de concretizar as prerrogativas legais da gestão democrática de políticas públicas.

Materializar uma proposta democrática de gestão e de enfrentamento às sequelas da questão social, numa sociedade historicamente excludente, não é uma tarefa fácil. É como remar contra a corrente, pois existe hegemonicamente uma cultura política que molda o pensamento social e mascara a realidade levando a um conformismo social. Ou seja, a sociedade é levada ideologicamente a pensar que os problemas sociais estão localizados na moral do indivíduo, desresponsabilizando o Estado, o modo de produção, a política, como corresponsáveis pelos mesmos.

¹ A pesquisa completa encontra-se em LUIZ, Danuta E C. *Rupturas moleculares emancipatórias: a potencialidade da prática do Serviço Social*. Tese de Doutorado. Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, PUC-SP, 281 p., 2005. Disponível na íntegra no site <www.sapientia.pucsp.br>.

² Sobre a temática consultar: TATAGIBA, L. Os Conselhos Gestores e a democratização das políticas públicas no Brasil. In: DAGNINO, E. *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

Fazer avançar um pensamento social diferente, ou instituir socialmente valores diferentes dos dominantes, como a democracia, a igualdade, a autonomia, a inclusão social no seio da sociedade, leva um certo tempo histórico. E, no tempo que já percorremos, alcançamos alguns avanços por termos legalmente instituído estes valores. Temos, porém, ainda, desafios a vencer devido às barreiras que se põem justamente para não vê-los concretizados.

A esse movimento histórico-social de avanços e desafios a vencer, para fazer valer perspectivas emancipatórias, chamamos de luta contra-hegemônica. Para a construção da contra-hegemonia, numa perspectiva gramsciana, um fator determinante é o desenvolvimento de uma concepção de mundo crítica e coletiva para ultrapassar os limites da “pequena política”. E, chegar a um momento ético-político, de elevação cultural e política de grupos e segmentos sociais, para que estes possam optar, autônoma e criticamente, pelo melhor caminho a seguir e assim, contribuir na construção de um caminho emancipatório.

A partir deste eixo, organizamos o texto em duas partes: a primeira sistematiza uma discussão sobre a categoria emancipação social como fundamento ético-político às práticas de capacitação, e a segunda sistematiza alguns elementos constitutivos que podem compor um processo de capacitação emancipatória para conselheiros/gestores de políticas públicas.

Emancipação social: fundamentos e concepção³

Para que as práticas sociais desenvolvam possibilidades emancipatórias contra-hegemônicas, entre outros fatores, os seus protagonistas precisam estar capacitados e fortalecidos pela elevação do senso comum à autoconstituição de uma consciência crítica e de seu protagonismo social, a fim de contribuir na construção de uma nova cultura.

Porém, historicamente, sabemos que potencialidade da razão humana foi manipulada e deslocada por caminhos outros que não favoreceram a visão crítica do mundo. Falta ao Homem a decisão e a coragem de usar a razão sem a tutela de outrem,

[...] sem razão não há emancipação, e sem emancipação não há razão [...] razão não é sinônimo de razão técnico-científica. Um *logos* mutilado não oferece nenhuma garantia de emancipação. Não há pior irracionalismo que o conduzido em nome de

³ Bem sabemos que a emancipação social possui várias dimensões humano-sociais, como: o acesso ao trabalho e remuneração dignos, formação profissional, dimensão subjetiva do ser humano, a vida social e política, cultural, entre outras. Neste trabalho nos centramos na dimensão sociopolítica de participação e de envolvimento crítico e ativo de grupos e segmentos sociais na gestão da vida social, o que não descarta as dimensões da vida social, anteriormente citadas.

uma razão que usurpa as prerrogativas da razão integral (ROUANET, 1987, p. 210).⁴

Identificado como um indicador de emancipação social, o ousar saber é um desafio histórico para setores críticos da sociedade, no sentido de fomentar a razão, o conhecimento, a consciência crítica autônoma, evitando o irracionalismo, suas roupagens e falsas consciências que levam ao conformismo da situação vigente sem vistas a perspectivas emancipatórias.

Vivemos num período marcado pela negação da razão, pela despolitização, pelo individualismo e fragmentação. Como diretriz do presente texto, argumentamos a defesa dos valores modernos, no que se refere à potencialidade do conhecimento, da liberdade, da autonomia humana, da emancipação, da democracia no desenvolvimento humano-social, apesar dos resultados ou produtos que estes tenham causado nas mãos e direção que as dominaram: capitalismo/liberalismo.

Fazemos essa afirmativa baseados na constatação de que o conhecimento, situado num mundo de rápidas mudanças de gostos e necessidades, a “última técnica, do mais novo produto, da mais recente descoberta científica, implica a possibilidade de alcançar uma importante vantagem competitiva” (HARVEY, 1992, p. 151). O saber (conhecimento e informação) também se torna uma mercadoria-chave – não mais como suporte, mas como elemento fundamental para a acumulação. Chauí (1999) também faz essa análise dizendo que a ciência e a tecnologia contemporâneas, submetidas à lógica neoliberal e pós-moderna, tornaram-se o contrário do que era previsto: “em lugar de fonte de conhecimento contra as superstições, criam a ciência e a tecnologia como mitos e magias; em lugar de fonte libertadora das carências naturais e cerceamento às guerras, tornaram-se através do complexo industrial-militar, causas de carências e genocídios” (p. 50). Então, o conhecimento como determinante da emancipação humana e social fica limitado nas condições contemporâneas.

Santos (1996) argumenta que, diante do progresso da posição hegemônica do capitalismo (que neutraliza as perspectivas de uma transformação profunda), é necessária a invenção social de novas formas de “conhecimento emancipatório” a ser construído num longo processo social, em contraponto ao utopismo automático da tecnologia. A essa invenção social o autor chama de um novo senso comum emancipatório, que tem de “romper

⁴ Complementando essa afirmativa com a posição de Chauí (1999) de que devemos continuar a defender a razão, mesmo diante de diferentes concepções e ideias a seu respeito – mantendo o que é essencial à noção ocidental de razão: “[...] a realidade, o mundo natural e cultural, os seres humanos, suas ações e obras *têm sentido* e esse *pode ser conhecido*. É o ideal do conhecimento objetivo que é conservado quando continuamos a falar em razão” (p. 85). “A razão, além de ser o critério para avaliar os conhecimentos, é também instrumento crítico para compreendermos as circunstâncias em que vivemos, para mudá-las ou melhorá-las. A razão tem um potencial ativo ou transformador e por isso continuamos a falar nela e desejá-la” (p. 86).

com o senso comum conservador, mistificado e mistificador, não para criar uma forma autônoma e isolada de conhecimento superior, mas para se transformar a si mesmo num senso comum novo e emancipatório” (p. 107). Este rompimento implica o cultivo de um campo imenso de revalorização da comunidade, da história, da experiência, da cultura, da participação, que constituem, por excelência, a pedagogia da emancipação.

Ainda dentro dessa linha de raciocínio, o autor recorre a experiências participativas e democráticas para argumentar que este é um caminho possível para “reinventar a emancipação social”, rompendo com a gramática da exclusão pela gramática associativa, ou seja, pela sociedade política (SANTOS, 2002).⁵ Defende a articulação da democracia direta com a democracia representativa, a qual poderá dar respostas alternativas e redefinição da prática democrática. Ambas as democracias podem coexistir e se complementar, podendo haver um potencial emancipatório nas sociedades contemporâneas.

Na perspectiva de se evitar um utopismo romântico, com base num referencial teórico-crítico, que desvenda a constituição histórica do avesso da emancipação, é possível cultivar os valores modernos como norte e fundamento de práticas sociais, no sentido de propagar uma opção teórico-crítica que possa ter ressonância e multiplicação nos mais diferentes campos onde estão situadas. Para isso é preciso “ter coragem de ficar na contracorrente e a contrapelo da vaga vitoriosa do neoliberalismo”. Porque a história dos vencedores é a barbárie (CHAUI, 1999, p. 51).

Não investir nesse caminho é cair num irracionalismo e isso é tudo o que quer o pensamento/tendência conservadora da sociedade para poder avançar no seu domínio e manter sua hegemonia.

O conhecimento, a razão crítica e a democracia são também constitutivos de uma contratendência e de uma resistência que tem a certeza de que a humanidade possui uma vocação ética. Portanto, esses valores devem ser revistos e redirecionados para que, na complexidade/unidade, favoreçam as condições materiais humanas e sociais à constituição da

⁵ Diz o autor que a ideia central desta obra está centrada na ideia de que a ação e o pensamento que sustentaram e deram credibilidade aos ideais modernos de emancipação social estão profundamente sendo questionados por um fenômeno (que não é novo), mas que nas duas últimas décadas tem-se intensificado: globalização neoliberal com o aumento exponencial das desigualdades, em especial entre países ricos e países pobres. Diz ainda que esta não é a única globalização, e que existe uma contra-hegemonia que faz frente à primeira (exemplo é o Fórum Social Mundial). Fazem parte da coleção “Reinventar a emancipação social” sete volumes com temáticas e experiências coletivas que contribuem para o alcance da emancipação: caminhos da democracia participativa, caminhos da produção não capitalista, caminhos do cosmopolitismo multicultural, caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais, caminhos do novo internacionalismo, vozes do mundo, reinventar a emancipação social.

emancipação social e a elevação de uma condição de subalternidade à condição de protagonismo.

Por essa argumentação, entende-se a tese da “reforma intelectual e moral”, de elevação do conhecimento, do senso comum de grupos e segmentos, dos quais nos falava Gramsci, como elementos que concorrem à construção de uma contra-hegemonia. “Deve-se falar de luta por uma nova cultura, isto é, por uma nova vida moral, que não pode deixar de ser intimamente ligada a uma nova instituição da vida, que chegue a se tornar um novo modo de sentir e de ver a realidade” (GRAMSCI, 1968, p. 8), e assim estar instrumentalizado, com uma visão de mundo crítica, frente às contradições do mundo capitalista moderno.

Gramsci (1991) esclarece que, ao se falar em criar uma nova cultura,

[...] não significa apenas fazer individualmente descobertas “originais”; significa também, e, sobretudo, difundir criticamente verdades já descobertas, “socializá-las” por assim dizer; transformá-las, portanto, em base de ações vitais, em elemento de coordenação e de ordem intelectual e moral. O fato de uma multidão de homens ser conduzida a pensar coerentemente e de maneira unitária a realidade presente é um fato “filosófico” bem mais importante e “original” do que a descoberta, por parte de um “gênio filosófico”, de uma nova verdade que permaneça como patrimônio de pequenos grupos intelectuais (p. 13-14).

Filosófica e politicamente, a originalidade de uma ação está relacionada em livrar o pensamento social dos grilhões ideológicos que o mascaram e em socializar o conhecimento crítico para que os homens/massas “amorfas” possam elevar-se a protagonistas de sua história, com uma consciência autônoma; possam construir alternativas democráticas condizentes com as suas próprias perspectivas.

O resultado desse movimento histórico, de constituição de uma nova cultura, pode tomar corpo até chegar à emancipação da situação de subalternidade à edificação de uma contra-hegemonia. Para tanto, Gramsci diz que é necessário fazer sacrifícios superando interesses econômico-corporativos imediatos,⁶ elevando-se a uma dimensão universal “capaz de gerar novas iniciativas” (agora com uma vontade coletiva definida, para ser protagonista da história).

A esse processo Gramsci chama de catarse: o senso comum, que inicialmente é desagregado e desarticulado, dá lugar à compreensão crítica que é obtida através de luta entre hegemonias políticas, direções contrastantes, éticas, que se expressam nas relações sociais, de que o indivíduo faz parte, transformando-se a si e ao conjunto de relações, até chegar a uma

⁶ Os sacrifícios e interesses econômico-corporativos imediatos referem-se a ações sindicalistas por interesses econômicos individualizados que fragmentam o movimento operário em vez de desenvolver a organização social como um todo (GRAMSCI, 1989).

elaboração superior da própria concepção do real e obter consciência política. Essa é a primeira fase de construção processual da autoconsciência. Porém, não se trata de introduzir uma ciência na vida de todos, “mas de inovar e tornar ‘crítica’ uma atividade já existente” (GRAMSCI, 1991, p. 18), ou seja, reorientar o conhecimento já existente e torná-lo acessível à maioria da população.

A concepção crítica vai além do “conhecimento livresco, estatístico, ‘erudição’ mecânica”, envolvendo o “conhecimento histórico – intuição, contato real com a realidade viva e em movimento [...]. ‘Limites’ do conhecimento (não coisas inúteis), isto é, conhecimento crítico, ou do ‘necessário’: portanto, uma ‘concepção geral’ crítica” (GRAMSCI, 1989, p. 187).

Nesse contexto, o verdadeiro filósofo nada mais é do que o político, “o homem ativo que modifica o ambiente, entendido por ambiente o conjunto de relações de que o indivíduo faz parte” (GRAMSCI, 1991, p. 40). Se o homem ativo é o filósofo e o político que chegou a um patamar de conhecimento crítico, tem poder de modificar as relações de que faz parte. Conseqüentemente o conhecimento é poder, e o conhecimento necessário para se ter poder é aquele que busca geneticamente o movimento de formação de um determinado sistema, “já que todo indivíduo é não somente a síntese das relações existentes, mas também da história dessas relações, isto é, o resumo de todo passado” (GRAMSCI, 1991, p. 40):⁷

Dir-se-á que o que cada indivíduo pode modificar é muito pouco, com relação às suas forças. Isto é verdadeiro apenas até certo ponto, já que o indivíduo pode associar-se com todos os que querem a mesma modificação; e, se esta modificação é racional, o indivíduo pode multiplicar-se por um elevado número de vezes, obtendo uma modificação bem mais radical do que à primeira vista parecia possível.

Quando não se chega a esse estágio e não se tem iniciativa de luta, não se avança no processo de conscientização político-crítica e de construção de uma contra-hegemonia. Ou seja, quando não se realiza a catarse “[...] a própria luta termina por identificar-se com uma série de derrotas, o determinismo mecânico transforma-se em uma formidável força de resistência moral, de coesão, de perseverança paciente e obstinada” (GRAMSCI, 1991, p. 23) e assim se constitui a “massa de manobra”.⁸

⁷ Gramsci (1991) traz uma ampla discussão sobre a natureza humana. A exemplo, a passagem: “A afirmação de que a natureza humana é o ‘conjunto de relações sociais’ é a resposta mais satisfatória, porque inclui a idéia do *devenir*; o homem ‘devém’, transforma-se continuamente com as transformações das relações sociais; e também, porque nega o ‘homem em geral’: de fato, as relações sociais são expressas por diversos grupos de homens que se pressupõem uns aos outros, cuja unidade é dialética e não formal” (p. 43).

⁸ “Massa de manobra” – expressão utilizada por Gramsci na obra *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno* quando discute o tema partido político, enunciando uma tipologia de partidos: aquele que muitas vezes se

As forças dominantes têm presença marcante para prevalecer⁹ e as derrotas das forças minoritárias acabam pacientemente por velar a verdadeira vontade geral, mas continua latente a subalternidade que tem a possibilidade de vencer quando se fizer forte e consciente. A “vontade coletiva” que domina a sociedade capitalista burguesa é determinada por fatores econômicos, sociais e culturais que refletem ideologicamente valores burgueses hegemônicos, portanto é uma falsa vontade. Necessária se faz a recondução dessa vontade, a ser construída pela classe subalterna com vistas à edificação de uma nova cultura que a oriente e determine.

Nessa correlação de forças e de hegemonias, estabelecem-se “relações pedagógicas”, que perpassam toda a sociedade: as relações entre indivíduos, entre intelectuais e não intelectuais, governantes e governados, dirigentes e dirigidos e que servem para manter ou alterar uma situação. Com isso, Gramsci conclui: “Toda relação de ‘hegemonia’ é necessariamente uma relação pedagógica, que se verifica não apenas no interior de uma nação [...]” (GRAMSCI, 1991, p. 37), mas também entre as diversas forças que a compõem. Existe uma “relação ativa” entre as partes, entre os indivíduos e o ambiente cultural. O ambiente que o indivíduo quer modificar, assim como o ambiente reage sobre ele, numa mútua relação pedagógica de trocas e influências.

A recondução dessas relações pedagógicas é atribuição das organizações da sociedade civil que se constituem em força política motriz para o estabelecimento de um novo tipo de política e de hegemonia, e não da figura central do mercado numa autorregulação ou Estado numa regulação mínima, como quer o pensamento liberal moderno. Para a construção de uma nova hegemonia, é necessária a plena e consciente participação política das massas, e isso somente ocorrerá quando os homens se perceberem como protagonistas de sua história.¹⁰

intitula de massa, não é exatamente assim, mas faz da massa não ter outra “função política que a de fidelidade genérica, de tipo militar, a um centro político visível ou invisível [...]. A massa é apenas de ‘manobra’ e é ‘conquistada’ com pregações morais, estímulos sentimentais, mitos messiânicos [...] nas quais todas as contradições e misérias do presente serão automaticamente resolvidas e sanadas” (1989, p. 23-24).

⁹ Como exemplo, podemos citar a obra gramsciana *A Questão Meridional*, na qual o autor “coloca em evidência as astúcias da burguesia para conter as insurreições camponesas e sua vontade de emancipação [...] interditar a extensão do sufrágio universal, o processo de democracia rural, as liberdades alfândegárias, a integração com os setores meridionais, a descentralização administrativa e o barateamento dos produtos industrializados ao norte da Itália” (SEMERARO, 2001, p. 41-42).

¹⁰ A título de ilustração, se aproximarmos essa posição gramsciana com a de Marx quanto ao papel fundamental da classe proletária (Marx) ou da classe subalterna (Gramsci), veremos que há uma argumentação que se fortalece entre os autores quanto ao sujeito social que pode promover a emancipação humana/social/política: é um processo de autoconstrução, de autodeterminação da classe subalterna/proletária pela sua própria emancipação. E ainda, lembramos do “primeiro pressuposto de toda existência humana e, portanto, também de toda a história, a saber: o pressuposto que os homens precisam estar em condições de viver para poderem ‘fazer história’”. São necessidades básicas que precisam ser preenchidas a cada dia e a cada hora tão somente para manter os homens vivos (MARX, *Ideologia alemã*, apud FERNANDES, 2001, p. 194).

O argumento gramsciano reside na potencialidade dos movimentos políticos e sociais ou do conjunto de organizações da sociedade civil, em seus contextos histórico-culturais, a função decisiva na construção de um projeto de sociedade que contemple novas práticas de poder e política, que se constitua numa contra-hegemonia, fazendo frente à dominação e aceitação passiva dos valores burgueses.

No processo de construção de uma contra-hegemonia, como já vimos, um fator determinante é o desenvolvimento de uma concepção de mundo crítica e coletiva para ultrapassar os limites de uma pequena política e chegar a um momento ético-político, de elevação político-cultural, momento de desenvolvimento da autonomia dos grupos e segmentos sociais.

Transpor o abismo é tarefa da política com P maiúsculo. Pode-se supor que o abismo em questão emergiu e cresceu precisamente por causa do esvaziamento do espaço público, e particularmente da ágora, aquele lugar intermediário, público/privado, onde a política vida encontra a Política com P maiúsculo, onde os problemas privados são traduzidos para a linguagem das questões públicas e soluções públicas para os problemas privados são buscadas, negociadas e acordadas [...] Hoje a tarefa é [...] reequipar e repovoar o espaço público que se esvazia rapidamente [...] (BAUMAN, 2001, p. 49).

Chamamos essa dimensão política, com base em referenciais gramscianos, de grande política que se caracteriza como práxis social por envolver a superação da percepção passiva e “elevar-se” intelectual e eticamente da necessidade à liberdade, em instrumento e fonte de novas iniciativas e relações sociais e políticas. Estas, por sua vez, vão se expressar nos espaços concretos, com a ruptura de práticas e relações tradicionais marcadas pelo clientelismo e por interesses econômico-corporativos e possível construção da consciência do direito a ter direitos.

Esse empreendimento ético-político constitui-se um grande desafio, pois as tramas do capitalismo e do neoliberalismo contemporâneos renovam mecanismos para manter e avançar seus domínios. Para fazer frente a este contexto, a esfera pública, pelo espaço moderno de democratização, simboliza a via pela qual podem manifestar-se práticas sociais revitalizadas.

Assim, se aproximam e se confrontam dialeticamente forças sociais e políticas que podem avançar ou recuar em todos os sentidos. O esforço coletivo para enfrentar esse desafio, de construir um espaço público, com base em valores democráticos, deve ser considerado

como uma posição social e política ocupada, portanto um “avanço molecular” perante a totalidade que o cerca.¹¹

A posição hegemônica é uma construção histórica, portanto, suscetível de contra-hegemonia: a socialização do poder e da política, a ocupação de posições, a elevação cultural e do conhecimento a consciência crítica, caracterizadas como *rupturas moleculares*, poderão contribuir para uma nova visão de mundo, desarticulando a ideologia dominante. Para Gramsci, é através da transformação desta visão de mundo, da elevação das condições de vida das classes subalternas e com sua inclusão no cenário sócio-histórico, que poderão ocorrer avanços à contra-hegemonia.

Podemos considerar que a libertação do estágio inicial de exclusão de grupos e segmentos para um novo estágio de contra-hegemonia é “necessariamente uma relação pedagógica” na medida em que indivíduos, grupos ou segmentos em relação a outros pares absorvem as experiências e amadurecem concepções e práticas autônomas, podendo multiplicar possibilidades de *emancipação coletivas*. Processual e continuamente, o aprendizado de socialização das experiências e conhecimentos autoproduzidos e realimentados podem provocar ressonâncias coletivas e qualitativas, pois historicamente foi comprovado que, de fato, existe uma posição hegemônica de um lado, mas de outro, não é verdade que não existe nada. Existe, sim, um potencial latente ou pouco manifesto, que também constitui as possibilidades realistas de reconstrução do espaço público emancipatório pela via democrática.

Telles (1998), também nos fala desse desafio, dizendo que o maior deles diz respeito à construção de parâmetros públicos que reinventem a política. É por este ângulo que as vocalizações locais poderão apostar numa ampliação do espaço participativo e democrático, através de “fóruns catalisadores de diversas forças sociais” (SPOSATI, 1997), como enfrentamento à tendência conservadora hegemônica na sociedade e como horizonte a ser buscado à *emancipação social*, a partir “de baixo” com um novo senso comum.

Essas possibilidades não são uma retórica, pois existem experiências e avanços humano-sociais que expressam frutos de conquistas e de consciência ativa, constituídos no seio da sociedade civil, nas organizações, nos sindicatos, nos movimentos, nos conselhos

¹¹ “Parece ficar claro que o conflito estatal/privado vai muito além da mera distinção Estado/Indivíduo, e que este conflito só não irá se aprofundar, se ambas as partes concorrerem para um diálogo pautado no meio democrático, abrindo espaço para inovações, novas formas de organizações sociais, que contemplem a privacidade, mas priorizam a coletividade, indo adiante das contradições e conflitos gerados por essa dualidade, dizendo não ao dualismo” (LUIZ, 1997, p. 29).

gestores, que “promovem a emancipação das massas para autonomia política e cultural” (SEMERARO, 2001, p. 98).

Esses avanços, considerados como processos de transposição de barreiras e obstáculos, constituem-se em processos pedagógicos – por caracterizarem-se em ações coletivas de reciprocidade, em reconhecimento de problemas comuns, de associação e de multiplicação de forças, através da ocupação de posições e, conseqüente, socialização da política, do poder e de questões públicas. O empreendimento coletivo – de tornar questões comuns em públicas – em Gramsci não é prerrogativa de um ente superior, apartado do processo, mas é pleno e orgânico das possibilidades reais presentes nos movimentos, organizações, grupos sociais e políticos.

A possibilidade real de recriação de um espaço comum e, portanto, político e social, é produto da participação ativa e consciente de grupos e/ou estratos de classe, desde que instrumentalizados intelectual e eticamente para contribuir na construção de um movimento contra-hegemônico.

A socialização de verdades e do conhecimento já produzidos e a sua potencialização em ações político-sociais são consideradas como rupturas moleculares frente à situação de dominação e restrição de práticas e processos emancipatórios. E ainda, pilares fundantes à elevação da consciência crítica, à criação de uma nova cultura e à práxis social.

Consideramos *rupturas moleculares* aquelas ações concretas que, não necessariamente rompem com o contexto ou a estrutura mais ampla, mas fazem parte de processos orgânicos de grupos, facções, movimentos. Não têm magnitude em termos de abrangência total, mas têm expressão social. Constituem-se rupturas moleculares na instância do grupo, e são moleculares porque expressam uma luta que se insere no tecido social, sem perder de vista a totalidade da qual são fonte. São as rupturas moleculares que poderão compor uma posição contra-hegemônica, são as formas pelas quais a emancipação pode se consolidar.

Construída uma concepção sobre rupturas moleculares, pela dimensão e alcance da presente discussão, sistematizamos também uma concepção de emancipação social que poderá subsidiar a análise e a materialização de possíveis práticas emancipatórias. Tal sistematização foi feita a partir da pesquisa bibliográfica sobre a categoria emancipação – indicadores, elementos constitutivos, instrumentos, características, fundamentos históricos – os quais nos conduziram à seguinte sistematização:

Emancipação Social – processo molecular de elevação da consciência crítica e do protagonismo social autônomo das classes subalternas. A elevação de uma situação de

subalternidade a de protagonismo social¹² (que desencadeia ações políticas de caráter crítico-democrático no espaço público) é o indicador de análise do desenvolvimento do processo de emancipação social vivido pelo grupo ou classe, sem perder de vista a proposição teleológica de um novo projeto ético-político e cultural de sociedade.

Capacitação para conselheiros: alguns indicadores emancipatórios

Diante da “novidade” da gestão descentralizada e participativa de políticas públicas no Brasil, há uma fragilidade quanto à efetivação desta proposta determinada pelo modelo sociocultural e político historicamente adotado no país, assim como há uma fragilidade na qualificação dos conselheiros para concretizar o novo modelo de gestão.

Tal fragilidade é determinada pelo afastamento histórico que a sociedade brasileira apresenta em relação às questões públicas. Ou seja, a história brasileira é marcada pela presença do Estado como ente separado da sociedade, e o responsável por gerir os negócios públicos (em favor dos privados) por uma influência do liberalismo (que prega o individualismo e uma falsa separação entre Estado e Sociedade), entre outros. Este processo histórico acaba afastando e não criando o hábito e o aprendizado de inserção de sujeitos sociais em questões de interesse público.

Com o crescente intervencionismo estatal (final do século XIX) no campo social, origina-se a esfera pública burguesa, ou seja, com o início do processo de socialização da política, é que começa a quebra da imagem de separação entre Estado e Sociedade. No Brasil, nas últimas décadas do século XX, esta denominada separação passa a ser enfrentada e novas formas de gestão social são instituídas através de lutas e conquistas da sociedade civil. Entendendo esse processo, fica entendida a dificuldade de efetivação de uma proposta de gestão coletiva e a fragilidade dos conselheiros em concretizá-la, ou seja, apenas duas décadas é muito pouco tempo para mudar padrões ideoculturais de vida em sociedade.

Tal fragilidade não é “culpa” dos conselheiros, pois, os “homens fazem a história de acordo com as condições dadas, ou herdadas do passado” (MARX, *18 Brumário*, 1852). Os homens interiorizam os valores, um determinado tipo de comportamento, de direção social (que é instituída ideologicamente na sociedade e tida como certa) e os exteriorizam em seus

¹² O desenvolvimento da consciência crítica e a participação ativa e consciente no espaço público são considerados como rupturas moleculares que demonstram o protagonismo social.

comportamentos, porque acreditam que estão correspondendo a um padrão de comportamento aceitável no meio social. Portanto há uma formação cultural e política que modela o pensamento da sociedade, ou nas palavras de Lane: “Esta interiorização/ exteriorização obedece a uma dialética em que a percepção do mundo se faz de acordo com o que já foi interiorizado, e a exteriorização do sujeito no mundo se faz conforme sua percepção das coisas existentes” (1989, p. 83).

Quando apontamos a fragilidade de qualificação dos conselheiros gestores não queremos afirmar que esta é a única dificuldade para efetivação da proposta de gestão social democrática, nem que devemos transformar os conselheiros em especialistas e nem limitar ou eletizar a participação social a determinados segmentos sociais. Mas sim defender a necessidade e a importância de uma formação crítica aos conselheiros como um elemento fundamental para o desenvolvimento de práticas políticas emancipatórias, e que estes possam contribuir no avanço de uma tendência contra-hegemônica de gestão e de entendimento social das questões sociais/públicas numa dimensão coletiva.

Neste sentido, a capacitação para conselheiros gestores tem sido uma prática comum nas várias áreas de políticas públicas; o que também não quer dizer que toda capacitação tenha o caráter emancipatório.

Não é nossa intenção apontar um modelo ou padrão de prática de capacitação, mas destacar alguns elementos/indicadores a fim de contribuir com as discussões acerca do tema. Assim sendo, passamos a destacar alguns elementos constitutivos para que uma capacitação possa favorecer processos emancipatórios no seu âmbito de ação.

Para tanto, partimos do pensamento de Nogueira (2004):

No sentido rigoroso da expressão, *formar* alguém não é apenas transmitir informações ou habilidades ou socializar técnicas e modelos. Acima de tudo é fixar uma perspectiva, ou seja, estabelecer parâmetros intelectuais, éticos e políticos. Trata-se de um processo [...] de articulação e de totalização de saberes, de diálogo com a história e a cultura [...] (p. 175).

Destacando a importância desta concepção e a sua referência para a capacitação junto a conselheiros gestores de políticas públicas, temos inicialmente que mais importante que transmitir conhecimentos é fixar uma perspectiva ética e política que oriente o conselheiro na sua função pública. Pressupomos que essa orientação ética valorize a democracia e a cidadania como fundamentos de seu trabalho e do seu papel de gestor público.

Nesse sentido é de fundamental importância a articulação e a expressão do compromisso ético-político da equipe de coordenação e de execução da capacitação com

valores crítico-modernos da democracia, igualdade, cidadania, os quais devem ser materializados na prática junto aos conselheiros, para que estes os vivenciem quando da sua formação e os interiorizem como fundamentos da capacitação que devem ser multiplicados em sua ação, enquanto conselheiro.

Este elemento acaba demonstrando a direção social e política do programa de capacitação, assim como os objetivos definidos pela equipe executora.

O conteúdo, o tipo de conhecimento veiculado (crítico ou formal) e a forma como são trabalhados também são elementos constitutivos do processo de formação. Numa perspectiva gramsciana, o conhecimento deve levar em conta o contexto econômico-político e cultural no qual os sujeitos capacitados estão inseridos e o próprio conhecimento cotidiano que os mesmos possuem, pois um trabalho emancipatório parte da realidade dos segmentos com os quais trabalha e não com realidades distantes das suas vivências.

Diz Gramsci, numa nota sobre o ensino da filosofia, que esta deve formar o discente em relação à sua cultura, para “ajudá-lo a elaborar criticamente o próprio pensamento e assim participar de uma comunidade ideológica e cultural. É necessário partir do que o discente já conhece, da sua experiência [...] (após ter demonstrado que ele tem uma tal experiência, que ele é um ‘filósofo sem o saber)’” (GRAMSCI, 1991, p. 148). Problematizar, discutir criticamente a realidade em que os sujeitos estão vinculados, a partir de sua prática, enquanto sujeitos políticos, contribui para a elevação da consciência crítica, pois é no contexto das relações sociais e econômicas cotidianas que o sujeito estabelece a sua vivência e não fora dele, como algo exterior a sua realidade.

Encontramos em Santos (1996) o argumento de que é necessário uma invenção social de novas formas de conhecimento emancipatório, ou novo senso comum emancipatório que rompa com o senso comum conservador, não como um conhecimento superior ou isolado da experiência dos sujeitos, e que seja capaz de crítica ao caráter individualista da ética liberal.

O exercício de apreender, internalizar os conhecimentos críticos constitui-se também um exercício pedagógico diferenciado dos bancos escolares ou da absorção passiva de valores dominantes da vida em sociedade. A absorção e a propagação de valores culturais e conhecimentos diferentes dos dominantes contribuem na constituição de um pensamento crítico e conseqüente elevação do senso comum.

Podemos chamar esse fenômeno de “progresso filosófico” que implica “[...] uma unidade intelectual e uma ética adequadas a uma concepção do real que superou o senso comum e tornou-se crítica, mesmo que dentro de limites ainda restritos” (GRAMSCI, 1991, p.

21). Entendemos que a construção processual da consciência crítica – respaldada em valores ético-políticos e a apreensão crítica do real – vai além do “conhecimento livresco, estatístico”. Nas palavras de Gramsci, pressupõe “conhecimento histórico [...] contato real com a realidade viva e em movimento [...] isto é, conhecimento crítico, ou do ‘necessário’: portanto uma ‘concepção geral’ crítica” (GRAMSCI, 1989, p. 187).

A prática das capacitações, portanto é uma prática educativa, que, segundo Martinelli, é

[...] a expressão concreta da possibilidade de trabalharmos com os sujeitos sociais na construção de seu real, do seu viver histórico. É uma prática que se despoja da visão assimétrica dos sujeitos com os quais trabalha e que se posiciona diante deles como cidadãos, como construtores de suas próprias vidas. É, portanto, *prática de encontro, da possibilidade do diálogo, da construção partilhada* (1995, p. 147).

O tipo de relação estabelecida entre as partes envolvidas na capacitação é demarcado por uma construção coletiva do saber, num caráter contínuo e/ou permanente; portanto relembramos que a formação em cidadania não é apenas transmitir conhecimentos, mas reconstruir os saberes a partir do real, do seu viver histórico.

Para a construção coletiva de uma nova cultura, é preciso manter a oferta de programas/atividades que propaguem no interior da sociedade a perspectiva sistematizada nas leis que regulamentam as políticas sociais (ECA, LOAS, SUAS, SUS...), inclusive pela rotatividade dos integrantes dos conselhos. Isso porque, mesmo que os conselheiros mudem, esses levam o aprendizado sobre o que é uma política pública, o que é um direito nas várias dimensões de sua vida, já que a formação não se limita aos programas de capacitação, mas avança processualmente pela “superação progressiva de patamares de entendimentos coletivos, de patamares de cultura” (NOGUEIRA, 2004), no processo sociopolítico mais amplo. Assim, se configuram dois lados da processualidade da prática educativa nas capacitações: de um lado a necessidade de mantê-la em função da reposição permanente de conselheiros, e de outro, os conselheiros que foram capacitados levam adiante, em suas relações sociais, o aprendizado que tiveram nas oportunidades de capacitação.

Portanto uma formação extrapola o limite da capacitação e é materializada quando um conselheiro realimenta a sua prática conselheirista com o aprendizado crítico que acessou durante a capacitação, e desencadeou rupturas em seu âmbito de ação (na compreensão dos problemas sociais, nas posturas assumidas, nas negociações empreendidas pela efetivação das políticas públicas e dos direitos sociais). Por essas rupturas possuírem caráter emancipatório e não reiterativo de práticas sociais conservadoras, abrem-se perspectivas diferentes das

dominantes na gestão das questões sociais, envolvendo os sujeitos sociais nas atividades públicas.

A concepção de formação, que necessariamente passa pela negação da fragmentação do pensamento e da visão de mundo dos sujeitos, passa pela valorização da razão crítica que desvenda os desafios impostos pelos valores hegemônicos e pela compreensão do contexto sócio-político. Nesse sentido, a capacitação torna-se formação e torna-se momento do processo emancipatório. A prática educativa oportuniza aos conselheiros condições de pensar criticamente o mundo e tem a função de persuadi-los a “fazer uma abordagem do mundo de maneira menos ingênua”. Por esse motivo, Nogueira (2004b) sugere a terminologia programas educacionais de cunho formativo às capacitações desta natureza.

O autor fala ainda da dificuldade de propor e desenvolver programas formativos para fazer frente ao padrão instrumental de “treinamentos” que são uma exigência do mundo pós-moderno no sentido de estarmos cada vez mais aptos para concorrer por um lugar no mundo do trabalho e do poder.

Aqui o termo “capacitação” não se limita a desenvolver as habilidades técnicas de uma ação, mas avança na perspectiva de formação do pensamento social e político para contribuir no empreendimento de uma nova cultura política, para alargar o pensável. Fazer escolhas bem mais fundamentadas, ultrapassar os limites e estar apto para intervir de modo ativo (NOGUEIRA, 2004).

Então, mais um indicador é que o processo de capacitação continuada ou permanente deve oportunizar a produção de rupturas nas possíveis concepções, práticas e relações tradicionais trazidas pelos conselheiros e/ou atualizá-las quando esses já possuem uma visão crítica dos problemas sociais com os quais trabalha.

Consideramos que o espaço das capacitações e o espaço a que os conselheiros estão vinculados em seus municípios, são espaços férteis de ação política privilegiada. O espaço de ação política é propício para a formação de valores, de culturas, de concepções e se esse espaço for orientado por práticas verdadeiramente democráticas, pode desencadear pedagogicamente a multiplicação de práticas similares. Podemos argumentar que “as modificações moleculares [...] modificam progressivamente a posição precedente [...] e transformam-se em matriz de novas modificações” (GRAMSCI, 1989, p. 77). Este movimento implica a instituição de uma racionalidade crítica nas práticas sociais que não se limita no repasse ou assimilação passiva do conhecimento, mas, sobretudo, passa pela vivência, pela formação, para que haja elevação na capacidade de desenvolver ações

reflexivas a esse processo. Numa dimensão ampla, Gramsci chama esse movimento de grande política¹³ – superação da visão passiva à elevação intelectual e ética, por isso fundamentada por “novos valores ético-políticos”.

A passagem do pensamento à ação, em termos coletivos, é um movimento do devir histórico que deve ser ensaiada nas mais diversas instâncias moleculares da vida social para a construção de novas sociabilidades. E, numa perspectiva mediata, na mudança de postura, de trabalho ou na proposição de novas ações num processo de caráter histórico e permanente.

Conhecer o orçamento de seu município, dominar a terminologia da política pública, montar programas de rádio para discutir a legislação, propagar a perspectiva da cultura de ter direitos é um avanço molecular democrático de socialização da política e da ocupação de posições no espaço público. Há que se ressaltar que os avanços qualitativos moleculares – em termos de concepções, posturas e práticas pelos conselheiros – não são resultados exclusivos de uma capacitação, mas do processo desencadeado no Brasil nas últimas décadas, como reflexo de políticas e conjunturas nacionais, e também, potencializado localmente por sujeitos sociais envolvidos com as áreas afins da capacitação.

Acreditamos que as capacitações não objetivam trazer respostas para todas as questões cotidianas que aparecem na gestão do Conselho, mas, por outro lado, é importante a ressalva de Nogueira (2004): “[...] capacitar sem deixar de formar, formar sem perder de vista o mundo prático, trabalhar com princípios, modelos e conhecimentos sem deixar de se preocupar com a sua tradutibilidade, ensinar a pensar sem esquecer de ensinar a fazer” (p. 176). Esse é um alerta que o autor faz no sentido de congregar capacitação e formação, e acrescentaríamos, no sentido do processo formativo não ser eminentemente teórico, mas que produza “respostas positivas”, motivando assim os participantes à continuidade de sua formação.

Assim a capacitação cumpre com seus objetivos em oportunizar acesso um saber crítico, produzindo rupturas moleculares emancipatórias, frente à fragilidade de qualificação pelos conselheiros de não ter conhecimentos na área.¹⁴ Nessa dimensão molecular se constitui

¹³ Quando valorizamos o molecular, não significa que estamos valorizando a “pequena política” conforme a concepção gramsciana, na qual os valores e interesses individualistas e de acomodação esvaziam as perspectivas emancipatórias, mas o molecular que se expressa no alargamento da democracia, na participação ativa e consciente de atores coletivos. “Fortalecer a micropolítica é fundamental, embora não na visão de interesses ‘econômico-corporativos’, mas como um espaço de ampliação da esfera pública centrada na dimensão ‘ético-política’ e nos interesses universais e coletivos” (SIMIONATO, 2003, p. 284).

¹⁴ Martins (1989) faz uma crítica contundente quanto ao papel do intelectual que “instrumentalize” as classes subalternas ao desvendar o lado oculto das relações sociais com os “olhos dele”; ao contrário, deve desvendar os limites do seu autoconhecimento, “revelando-lhe aquilo que ele enxerga, mas não vê, completando com

uma ruptura, uma transposição ou elevação de uma situação de subalternidade à de protagonismo social. Na perspectiva pedagógica em que o conhecimento é trabalhado a partir da realidade municipal, da prática trazida pelos conselheiros, o processo desencadeia a reconstrução do saber pelos conselheiros – como uma forma de elevar-se de uma situação passiva, potencializando a reflexão sobre o seu espaço político e cultural.

Uma consciência desprovida, que desconhece a sua potencialidade, é um espaço muito caro às perspectivas conservadoras; por conseguinte, os conselheiros precisam estar “formados” para potencializar o espaço que representam, pois, como vimos, as conquistas e avanços sociais são frutos da consciência ativa dos sujeitos sociais.

Considerações finais

Diante das referências sistematizadas neste texto, especialmente fundamentadas em Gramsci, percebemos que ainda nos é permitido falar em utopia, no sentido de “devenir histórico”, pois encontramos, nos vários autores consultados, o argumento e a autorização para acreditar na capacidade emancipatória do conhecimento e do protagonismo das classes subalternas, no processo cotidiano de rupturas moleculares, na cultura da contra-hegemonia, orientados por perspectivas diferentes da dominante.

Entendemos que utopias “serão todos os sistemas baseados numa oposição frente às relações atualmente existentes e na proposição de outras mais adequadas às necessidades humanas fundamentais” (SZACKI, 1972, p. 8). E o utopista é aquele que “não aceita o mundo que encontra, não se satisfaz com as possibilidades atuais existentes: sonha antecipa, projeta, experimenta. É justamente este ato de desacordo que dá vida à utopia. Ela nasce quando na consciência surge uma ruptura entre o que é, e o que deveria ser; entre o mundo que é, e o mundo que pode ser pensado” (p. 13).

Com essa perspectiva de utopia, lembramos do alerta que Hobsbawm faz em seu livro *A era dos extremos: o breve século XX – 1914-1991* (1995):

Vivemos num mundo conquistado, desenraizado e transformado pelo titânico processo econômico e tecnocientífico do desenvolvimento do capitalismo, que dominou os dois ou três séculos. [...] ele não pode prosseguir *ad infinitum*. O futuro não pode ser uma continuação do passado, e há sinais, tanto externamente quanto internamente, de que chegamos a um ponto de crise histórica [...].

ele a produção do conhecimento crítico que nasce da revelação do subalterno como sujeito, na medida em que lhe restituímos a condição de objetivo e lhe atribuímos a possibilidade de resgatar o pleno sentido do conhecimento alternativo que ele representa e propõe na sua prática” (p. 137).

Não sabemos onde estamos indo. Só sabemos que a história nos trouxe até este ponto [...] Contudo, uma coisa é clara. Se a humanidade quer ter um futuro reconhecível, não pode ser pelo prolongamento do passado ou do presente. Se tentarmos construir o terceiro milênio nessa base, vamos fracassar. E o preço do fracasso, ou seja, a alternativa para uma mudança da sociedade, é a escuridão (p. 562).

Para evitar essa escuridão e romper com “aquilo que é”, a luta pela emancipação social torna-se uma utopia. Sabemos que a sociedade moderna ideal não existe no plano real e que a conquista e o sucesso de rupturas moleculares, produzidas nas mais diversas áreas e dimensões, que demonstrem a insatisfação com a situação vigente e que produzam resultados emancipatórios, devem ser sistematizadas, conhecidas e divulgadas. Essas poderão contribuir com elementos para repensar o compromisso ético-político com outro tipo de sociedade que tenha os valores crítico-modernos da democracia e da cidadania como fundamento de emancipação social, fazendo frente à exclusão social e concentração de renda, marcas efetivas dos valores da posição hegemônica atual. Em conclusão, não se pode viver sem metas, sonhos, ilusões ou ideais, ou seja, sem tentar extrapolar ou transcender o realmente existente. Não se pode viver, portanto, sem utopias (VÁZQUEZ, 2001, p. 324-325).

Para o objeto específico da discussão deste artigo – possíveis dimensões emancipatórias das capacitações para conselheiros – temos que possuir metas para extrapolar modelos conservadores de gestão social, estimulando a produção de rupturas moleculares emancipatórias que ampliem o conhecimento crítico do conselheiro e o instrumentalizem a uma ação que possa expressar o seu compromisso público de cogestor social.

Observamos que a direção ético-política que orienta as capacitações, a qual também determina a forma, os objetivos, os procedimentos e os fundamentos que constituem a prática educativa/formativa nos programas de capacitação, é de fundamental importância. Ou seja, não é qualquer prática de capacitação que produz rupturas moleculares emancipatórias, pois pode ocorrer que uma capacitação apenas reproduza o pensamento tradicional/conservador e assim não terá uma dimensão emancipatória.

Iamamoto (2002) nos alerta para o desafio de fazer avançar a perspectiva de práticas sociais emancipatórias, tornando-se “fundamental estimular inserções sociais que contenham potencialidades de democratizar a vida em sociedade, conclamando e viabilizando a ingerência de segmentos organizados da sociedade civil na coisa pública” (p. 33). Sendo assim, entendemos que o espaço das capacitações se constitui em solo fértil para desenvolver práticas educativo-emancipatórias que potencializem molecular e processualmente o estímulo à inserção de sujeitos sociais – conselheiros municipais/estaduais –, resultando efeitos de

socialização do conhecimento/“verdades já descobertas” para construção de “ações vitais”, de novos consensos de gestão de políticas públicas e para a construção de uma nova cultura. Portanto, um espaço possível de ampliação da democracia e da esfera pública de luta por direitos sociais, como alternativa real e concreta para emancipação de uma condição subalterna para outra superior. No caso específico do conselheiro: para a condição de conselheiro capacitado, ético e político, para gerir políticas públicas e, desta forma, poder contribuir para a construção da contra-hegemonia aos padrões conservadores de gestão de políticas públicas ainda presentes no Brasil.

Referências

- BAUMAN, Z. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- CHAUÍ, M. *Convite a filosofia*. 12. ed. São Paulo: Ática, 1999.
- _____. Ideologia neoliberal e universidade. In: OLIVEIRA, F.; PAOLI, M. C. *Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e hegemonia global*. 2. ed. Petrópolis : Vozes; Brasília: NEDIC, 1999.
- FERNANDES, F. (Org.). *Marx – Engels*. 3. ed. São Paulo : Ática, 2001.
- GRAMSCI, A. *Literatura e vida nacional*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- _____. *Maquiavel, a política e o estado moderno*. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.
- _____. *Concepção dialética da história*. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.
- _____. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.
- HARVEY, D. *A condição pós-moderna*. 5. ed. São Paulo: Loyola, 1992.
- HOBBSBAWM, E. J. *A era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- IAMAMOTO, M. Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do assistente social na atualidade. In: *Em questão: atribuições privativas do (a) Assistente Social*. Brasília: ABEPSS, 2002.
- LANE, S. T. O processo grupal. In: *Psicologia Social: o homem em movimento*. 7.ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- LUIZ, D. E. C. *A organicidade da sociedade civil ponta-grossense*. São Paulo, 1997. Dissertação de Mestrado – Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- MARTINELLI, M. L. O uso de abordagens qualitativas na pesquisa em Serviço Social. In: *O uso de abordagens qualitativas na pesquisa em Serviço Social*. 2. ed. São Paulo : PUC-SP, Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Identidade, Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, p. 11-20, 1995.

MARTINS, J. S. *Caminhada no chão da noite: emancipação política e libertação nos movimentos sociais do campo*. São Paulo: Hucitec, 1989.

NOGUEIRA, M. A. *Um estado para a sociedade civil: temas éticos e políticos da gestão democrática*. São Paulo: Cortez, 2004a.

_____. Entrevista concedida a Danuta E. C. Luiz. Ponta Grossa, 17 ago. 2004b.

ROUANET, S. P. *As razões do iluminismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SANTOS, B. S. *Pela mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

_____. (Org.). *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira. 2002. (Reinventar a emancipação social: para novos manifestos)

SEMERARO, G. *Gramsci e a sociedade civil: cultura e educação para a democracia*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. Tornar-se dirigente. O projeto de Gramsci no mundo globalizado. In: COUTINHO, C. N.; TEIXEIRA, A. P. (Org.). *Ler Gramsci, entender a realidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 275-289, 2003.

SIMIONATO, I. A cultura do capitalismo globalizado. Novos consensos e novas subalternidades. In: COUTINHO, C. N.; TEIXEIRA, A. P. (Org.). *Ler Gramsci, entender a realidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 275-289, 2003.

SPOSATI, A. Conjuntura da Assistência Social Brasileira. *Cadernos Abong*, São Paulo, Abong São Paulo, n. 19. Série Especial. Subsídios às Conferências de Assistência Social, 1997.

SZACKI, J. *As utopias ou a felicidade imaginada*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.

TATAGIBA, L. Os Conselhos Gestores e a democratização da políticas públicas no Brasil. In: DAGNINO, E. *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

TELLES, V. No fio da navalha: entre carências e direitos. *Revista Pólis*, São Paulo, Publicações Pólis, n. 30, 1998.

VÁZQUEZ, A. S. *Entre a realidade e a utopia: ensaios sobre política, moral e socialismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.